

Rotina na Educação Infantil: Reflexões acerca da prática educativa.

Madalena Tereza Sales Martins de Oliveira
e-mail: madasales1424@hotmail.com

Alessandra Muzzi
e-mail: muzzi_chaves@hotmail.com

RESUMO:

O presente estudo se realizou em uma sala de educação infantil da rede municipal, a pesquisa surgiu a partir de inquietações da professora inserida em uma nova experiência e com uma rotina instável e indefinida. Diante de tais questionamentos buscou-se problematizar soluções refletindo se a rotina era pensada para favorecer as crianças ou ao professor. A princípio realizou-se um levantamento bibliográfico seletivo a luz de referenciais teóricos renomados no assunto, bem como, inspirada na metodologia da pesquisa-ação da prática, o estudo foi desenvolvido em torno do tripé: rotina, criança e planejamento. Exigindo da Professora aguçar o olhar sobre as crianças para então identificar suas especificidades e necessidades desde os cuidados básicos ao educar. O conhecimento e a convivência contribuíram para a reestruturação da rotina mais significativa, além de proporcionar ao professor planejar atividades dentro do tempo e do espaço adequado, que contemple o desenvolvimento de todas as habilidades e suas produções culturais. Pressupõe a rotina como uma ferramenta auxiliadora do planejamento visando atender as reais necessidades das crianças.

PALAVRAS-CHAVE: Rotina; Criança; Planejamento.

Introdução

O estudo elenca discussões a cerca da prática educativa com crianças de 0 a 5 anos, colocando em pauta a organização do tempo e do espaço. As rotinas podem ser vistas como produtos culturais criados, produzidos e reproduzidos no dia-a-dia, tendo como objetivo a organização da cotidianidade (Barbosa, p.37).

A partir do século XVIII, a literatura da contava a histórias da vida de pessoas comuns, os artistas da época retravam o cotidiano destas pessoas por meio da

pintura. Foi então que os Sociólogos e Antropólogos perceberam a necessidade de fazer do cotidiano um objeto de estudo que se tornou muito importante para as ciências sociais. Embora haja diferença entre rotina e cotidiano, mas é a rotina que organiza o nosso dia-a-dia, sendo assim, um dos elementos que integram o cotidiano.

Inserida em uma experiência nova e com uma rotina instável e indefinida, instigou-me a pesquisar e a constatar que a rotina é importante e fundamental para a elaboração e execução do planejamento e de todas as ações com as crianças.

Barbosa e Horn afirma:

“Temos reiterado que o modo como organizamos o espaço e o tempo nas Instituições de educação infantil reflete nossas crenças acerca das concepções de mundo, de criança, de aprendizagem e de educação, podendo estruturar-se de diferentes formas” (BARBOSA; HORN 2008 p. 51).

Os estudos aprofundados a partir deste escopo teórico mostraram que o processo pedagógico só funciona harmoniosamente e com êxito a partir de uma rotina pensada primeiramente na criança, que contemple suas especificidades e necessidades. Além de nortear todo o trabalho pedagógico desenvolvido dentro e fora da sala.

Este artigo contribui com estudos realizados por meio de um levantamento bibliográfico a respeito da Rotina na Educação Infantil: Reflexões acerca da prática educativa, tendo como respaldo em referenciais teóricos, tais como: Carmem Craidy, Ângela Maria Acalabrin Coutinho, Maria Carmem Silveira Barbosa dentre outros.

Com base nas leituras é possível identificar o interesse dos autores em garantir não só um ambiente adequado e saudável, onde as crianças possam brincar, comer, tomar banho, fazer amizades, aprender etc. Segundo Barbosa (2006) “a decisão de fazer um estudo sobre as rotinas nas pedagogias da educação infantil surgiu a partir da constatação da ausência de estudos pedagógicos sobre esse tema”. Como uma construção da história pensando nas crianças que as pesquisas sobre a rotina no espaço de educação infantil foram desenvolvidas para melhor atendê-las. É por este caminho que vamos trilhar e ampliar nossos conhecimentos.

2. Breve histórico da Concepção de infância e criança

Ao nos depararmos com os escritos sobre os cumprimentos dos direitos que garantem as nossas crianças de viverem plenamente sua infância, serem ouvidas em suas diferentes linguagens, terem a possibilidade de serem educadas, cuidadas e vivenciarem em seus espaços educativos o direito de brincar, percebemos que de fato não são garantidos. Mas se darmos escuta aos relatos de pessoas hoje adultas e até mesmo as idosas sobre como foi sua infância, certamente ouviremos lembranças de crianças que trabalharam muito cedo, assumiram papéis de adultos, que requeriam deles responsabilidades que ultrapassavam suas maturidades, não estudaram e quase não brincaram, ou seja, tiveram a infância perdida, ou melhor, roubada.

Portanto, a presente discussão nos instiga a pensar sobre a descoberta desta fase da vida que muitos não viveram e com certeza gostariam de ter vivido. Então para compreendermos melhor essa fase tão importante é preciso: remetermos-nos a esse passado para que reflitamos e reconhecamos as primeiras concepções de infância e crianças até os dias atuais.

Para isso, com base na leitura do texto de Philippe Ariès, “História Social da Criança e da Família”, o autor aprofundou sua pesquisa, com percepções no conceito e concepção de criança/infância. Por meio da arte Medieval aproximadamente por volta do século XII, momento em que a infância não era reconhecida, ele faz uma análise nas obras de diferentes artistas e épocas e de alguns relatos da bíblia moralizada de São Luis, onde as crianças eram retratadas com características adultas, sendo preservado apenas seu tamanho.

Embora as obras tivessem muita influência religiosa, durante o século XIV se limitou a figura do menino Jesus. Posteriormente houve uma transição, “dessa iconografia religiosa da infância, iria finalmente destacar-se uma iconografia leiga nos séculos XV e XVI. Não era ainda a representação da criança sozinha” (ARÌES, p.55,1981).

Os personagens simbólicos são substituídos por crianças protagonistas da vida real, ou seja, presentes no mundo. Então, os pintores passaram a retratar o cotidiano das famílias, tornando a criança uma das personagens mais frequentes em suas pinturas.

Entre os séculos XIII e XVII a mortalidade infantil era altíssima, as famílias não se preocupavam com seus filhos, muito menos com sua saúde. Porém, o despertar do interesse e reconhecimento começa a surgir aproximando do sentimento moderno. Ariès afirma que: “[...]foi como se a consciência comum só então descobrisse que a alma da criança também era imortal. É certo que essa importância dada a personalidade da criança se ligava a uma cristianização mais profunda dos costumes” (ARÌES, p.61, 1981).

Surgiu uma nova representação da criança antes desconhecida na Idade Média, o Putto, pinturas de crianças nuas, foi bem aceito e apreciado, nem mesmo as figuras sagradas escaparam da nudez do putto. Mas esta representação mais ousada da criança somou para o reconhecimento da infância. De acordo com o autor:

O gosto pela nudez da criança evidentemente estava ligado ao gosto geral pela nudez clássica, que começava conquistar até mesmo o retrato. Mas o primeiro durou mais tempo, e conquistou toda a arte decorativa: lembremos-nos de Versalhes, ou do teto da Villa Borghese em Roma. O gosto pelo putto correspondia a algo mais profundo do que o gosto pela nudez clássica, a algo que deve ser relacionado com um amplo movimento de interesse em favor da infância”(ARIES, p.62, 1981).

Assim podemos afirmar que o início da descoberta da infância ocorreu a partir do século XIII, a arte por meio da iconografia contribuiu provocando uma reflexão e conscientização levando ao reconhecimento de quão importante é a criança na sociedade. De acordo com os relatos encontrados no texto se faz notório o despertar das famílias. “Os adultos interessaram-se também em registrar as expressões das crianças e em empregar seu vocabulário” (Aries, p.66, 1981), as primeiras falas “jargão” das crianças passaram a ter significados para os adultos que começaram a dar importância para a vida delas e os registros das falas passaram a existir.

Nos próximos séculos o reconhecimento da infância ganhou força, os estudos científicos contribuíram gradativamente para o progresso das conquistas em prol deste ser sócio-histórico e cultural.

Sarmiento afirma que:

A infância é historicamente construída, a partir de um processo de longa duração que lhe atribuiu um estatuto social em que elaborou as bases ideológicas, normativas e referenciais do seu lugar na sociedade. Esse processo, para além de tenso e internamente contraditório, não se esgotou. É continuamente atualizado na prática social, nas interações entre crianças e nas interações entre crianças e adultos. (SARMENTO, 2005. p. 365-366)

De modo geral, a busca pelo reconhecimento da infância vem de tempos remotos e perdura até hoje, esta realidade acontece em diversos países, em diferentes momentos, toda sociedade passa por transformações de acordo com sua realidade econômica, cultural, estilos de vida, práticas sociais, nas interações entre crianças e adultos, enfim um conjunto de fatores influenciam as mudanças de cada sociedade. Sendo um dos instrumentos principais, as políticas públicas que constantemente são alteradas com o intuito de respeitar e

reconhecer a criança enquanto ser social, portador de direitos e o mais importante garantir o lugar de cada uma no espaço educativo.

Desde o surgimento do ser humano na terra sempre houve criança, porém na idade média a criança era vista apenas como um ser biológico, pois o conceito, ideia de infância foi assunto da idade moderna. Neste mesmo período RAMIREZ (1991, apud SARMENTO) explica sobre os fatores que consolidaram a institucionalização da infância.

“O primeiro, e decisivo, foi a criação de instâncias públicas de socialização, especialmente através da institucionalização da escola pública e da sua expansão da escola de massas. Com efeito, a escola está associada a construção social da infância, dado que a sua constituição pelo Estado de meados do século XVIII institui, pela primeira vez, a libertação dos trabalhos produtivo para um setor do grupo geracional mais novo (inicialmente constituído só por rapazes da classe média urbana), sendo progressivamente alargado a toda a geração, com a proclamação da escolaridade obrigatória. (RAMIREZ, 1991)

É o início de uma conquista gradativa, atrelado ao interesse familiar, desenvolvendo as relações com afetividades, cuidados e investimento na formação educacional. A criança torna-se objeto de estudo, é alvo de pesquisa, aprofundando então conhecimentos pertinentes ao desenvolvimento humano, faz-se uma reflexão social, “Destacam-se nesses saberes a pediatria, a psicologia do desenvolvimento e a pedagogia” (Rocha e Ferreira, 1994 e Goldson, 1997 apud Sarmento).

Com o surgimento da escola pública veio a ideia de uma concepção de “criança: criança aluna” (Michele Brendel). No sentido de oposição ao comportamento transgressor da criança, responsabilizando a escola pela correção de comportamentos prejudiciais ao convívio em sociedade.

Muitos estudiosos assim como Aries, 1981; Charlot, 1983; Sarmento e Pinto, 1997; entre outros encontraram uma diversidade de concepção de infância e criança, todavia é na contemporaneidade que evidenciamos um contexto de infância em que as crianças são autoras da sua própria história, um ser significativo.

3. Breve trajetória no Brasil

A trajetória da infância e da criança no Brasil foi marcada pela forte influência da cultura europeia, todavia o sentimento de infância demorou a despertar, bem como as sociedades pesquisadas por Aries (1981), um grande defensor e causador de mudança nos conceitos referentes a infância e a criança. A

história da criança no Brasil se divide em três períodos: Período Colonial, Período Imperial e Primeira República. Convido você caro leitor para dar um breve passeio pela história...

No período Colonial a infância defasada pelo reflexo do modelo europeu tratava a criança até os sete anos como incapaz de aprender ou participar de nenhuma atividade, ou seja, não era exigido nada da criança. De acordo com (Espindola, 2006) “A partir dos sete anos as crianças já eram incluídas em processos educativos”, mas havia diferença entre os filhos dos plebeus e os dos lavradores, o ensino de ofícios com os artesãos era oferecido somente aos filhos de plebeus, já os filhos dos trabalhadores aprendiam a trabalhar nas atividades do campo e comércio junto a família. Já os filhos dos escravos ao completarem cinco ou seis anos de idade estavam prontos para servir aos Senhores com seu trabalho, sem nenhuma preocupação com alimentação, higiene e saúde delas, o que resultou na alta mortalidade infantil.

Neste período a infância foi tratada de maneira oportunista por parte da igreja comandada pelos Jesuítas, as crianças indígenas e negras foram seus “bichinhos adestrados”. (Espindola, 2006), destaca “Viam as crianças indígenas como um papel em branco, em que se podia escrever seus propósitos, conduzindo-os ao adestramento moral e espiritual”. Embora estivesse presente o ensino, mas o principal interesse da igreja era domesticar as crianças. (Del Priore, 1992) em sua obra: História da criança no Brasil, fala sobre o mesmo período e afirma “A infância é percebida como momento oportuno para a catequese porque é também momento de unção, iluminação e revelação”.

E por falar em educação da criança colonial, vale lembrar a inesquecível “Roda dos Expostos”, lugar onde ficavam as crianças que eram abandonadas pelas mães. Essa foi uma das invenções dos europeus que o Brasil tomou como exemplo e se apropriou.

A educação da criança no Brasil Império passou por algumas transformações, apesar de sofrerem com o novo modelo de educação imposto pelos padres, capelães de engenho, mestres e preceptores estrangeiros, podemos afirmar que nesse período houve as primeiras tentativas de formalizar a educação da criança. Surge então os primeiros jardins de infância com a finalidade de atender crianças, filhas de mães trabalhadoras. Garantindo um espaço adequado e melhores condições de sobrevivência.

É o que relata Spindola:

“No Brasil Império, a Associação Protetora da Infância desamparada foi a instituição que assumiu papel de destaque no cenário nacional, chamando para si a responsabilidade de criar instituições próprias para atender à infância desvalida, ao mesmo tempo em que se

preocupou em sistematizar as informações sobre o quadro estatístico a respeito dos menores educados e cuidados pelas instituições filantrópicas, tanto públicas quanto particulares” (SPINDOLA, p. 71, 2006).

Na década de 1880 são criados os primeiros jardins de infância e as creches, porém com diferença no atendimento, por outro lado um sinal de progresso, pois a conquista de fato começa no terceiro período.

Mais tarde na Primeira República ocorreram grandes transformações sociais, econômicas e política, na verdade o país enfrentava uma crise, neste contexto a educação foi vista como uma válvula de escape para a solução dos problemas do país.

Segundo Kramer:

A fundação do Instituto foi contemporânea a uma certa movimentação em torno da criação de creches, jardins, maternidades e da realização de encontros e publicações. Em 1908, foi inaugurado o Jardim de Infância Campos Salles, no Rio de Janeiro. Enquanto havia creches na Europa desde o século XVIII e os jardins de infância apareceram a partir do século XIX, no Brasil ambos são instituições do século XX. (KRAMER, p. 52, 1995)

Friedrich Froebel criou os primeiros jardins de infância na Alemanha, a título de exemplo para o Brasil que em 1896 inspirou Joaquim Teixeira de Macedo a copiar tal ideia, apostando nessa nova proposta de educação, logo implantou o primeiro jardim de infância oficial no Brasil. Um marco importante na educação que vem se aprimorando até os dias atuais.

Dentro dos três períodos houve grandes acontecimentos, como movimentos populares que favoreceram as transformações sociais, culturais e políticas. Assim se deu a organização inicial da educação ainda sedimentada e carente de recursos financeiros.

Após muitas lutas no intuito de garantir o direito da criança à educação no final do século XX até o século XXI. “Assim é possível afirmar que em consequência da Constituição de 1988 e da LDB/96 foram elaborados projetos/programas direcionados às crianças pequenas”.

Sabe-se que desde a primeira lei criada para garantir o direito da criança a ingressar na educação infantil, muitas mudanças ocorreram até os dias atuais. Portanto no Brasil, a Educação Infantil foi reconhecida a partir da Constituição Federal de 1988, que garante:

A constituição federal de 1988 é, pois, a referência para as políticas sociais contemporâneas, inclusive para a educação infantil: foi ela quem instituiu, pela primeira vez no país, que as crianças com menos de sete (7) anos tem direito a educação em creches e pré-escolas. Após sua promulgação, o país empenhou-se em implementar a nova ordem e em elaborar leis infraconstitucionais referentes aos subsetores de atuação do estado, inclusive das políticas educacionais que ordenam, entre outros níveis e etapas de ensino, a educação infantil. (ROSEMBERG, p.18, 2011)

Este foi o marco da educação infantil, daí em diante muitas ações bem como projetos, programas e documentos voltados às crianças pequenas. O início desta trajetória ocorreu a partir da década de 1980, é possível afirmar que a educação infantil tem avançado gradativamente. [...] podendo-se afirmar que a criança passa a ser sujeito de direito à educação e cuidado, políticas públicas para a Educação Infantil e, ainda, a busca na qualidade do cuidar/educar. (Guedes, s/p, 2011).

Ao longo dos anos a trajetória de infância/criança no Brasil e no mundo foi objeto de estudo e preocupação de alguns estudiosos já citados, que buscaram compreender a criança por meio de pesquisas que contribuiriam para provar que a criança é um ser histórico, social e cultural que deve ser respeitado como tal e ter seus direitos garantidos por lei.

Embora não alcançamos o ideal, atualmente as proposta das políticas pública resultou em avanços significativos, as leis ultrapassaram a infância alcançando a juventude. (Não podemos deixar de mencionar O estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que em seu art. 53 parte a) assegura: “A criança e o adolescente tem direito a educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa [...]”, temos muito que comemorar, mas ainda estamos na luta pela vigência plena de todos estes direitos de fato.

4. Formação e Perfil da Educadora da Infância

A aprovação e definição do desempenho profissional do educador da infância é determinado pelo Decreto-Lei n.º 240/2001, de 30 de Agosto, vem fixar a formação inicial, específica com habilitação para o exercício docente e formação ao longo da vida. Consideramos uma evolução na educação, uma vez que os profissionais da infância são a base, o alicerce de uma educação de qualidade. De acordo com a normatização da formação do educador disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional nº 9.394/96, aponta os critérios para a formação do professor:

Art. 61. A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos:

- I – a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação;
- II – aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades. (Brasil, 2007, p. 40)

A formação docente não se limita apenas a graduação, com observamos a legislação determina que o professor dará continuidade a sua formação por meio de cursos de capacitação em serviço, com o objetivo de estar preparado para associar a prática a teoria e assim atender melhor sua criança.

Saviani (2008), em sua obra indica o aparecimento do termo pedagogia. “Foi a partir do século XIX que tendeu a se generalizar a utilização do termo “pedagogia” para designar a conexão entre a elaboração da ideia de educação [...]”, mas foi no fim da década de 1930 que a pedagogia começa a se consolidar como profissão tendo como objeto de investigação o conhecimento científico, com seus métodos específicos.

Atualmente o professor está em constante formação, inovar a metodologia é uma questão de compromisso com a qualidade da ação pedagógica. Esta disponível aos educadores da rede pública cursos de formação ao longo da vida. Educadores discutiam sobre o assunto dizendo “A formação continuada não é desconstruir os saberes culturais, e sim repensar a prática, construir novos saberes” (Programa Salto para o Futuro). A educação é dinâmica, muda de acordo com as necessidades atuais.

Desde o século XX ocorreram mudanças na sociedade, o mercado é cada vez mais exigente e devido às transformações sociais, econômica e políticas. Principalmente do ponto de vista político, econômico e cultural, foi sendo substituída pela concepção da formação ao longo da vida, a formação continuada. Na formação continuada, os papéis a serem desempenhados pelos professores são os de estudante e de profissional ao mesmo tempo, sendo o papel de profissional preponderante.

Encontramos no artigo das autoras Costa e Campos uma importante citação de Kramer que ressalta:

“A formação de profissionais da educação infantil precisa ressaltar a dimensão cultural da vida das crianças e dos adultos com os quais convivem, apontando para a possibilidade de as crianças aprenderem com a história vivida e narrada pelos mais velhos, do mesmo modo que os adultos concebam a criança como sujeito histórico, social e cultural. Reconhecer a especificidade da infância – sua capacidade de criação e imaginação – requer que medidas concretas sejam tomadas, requer que posturas concretas sejam assumidas. A educação da criança de 0 a 6 anos tem o papel de valorizar os conhecimentos, mas, para tanto, requer um profissional que reconheça as características da infância” (KRAMER, 2005, p. 129).

Nos últimos anos as políticas públicas tem se preocupado em preparar os educadores para desenvolver uma pedagogia comprometida com o Cuidar e educar, garantido as crianças o direito de brincar, aprender e desenvolver suas habilidades e potencialidades. De acordo com o Parecer CNE/CEB nº 20/2009 fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil em articulação com as Diretrizes Nacionais da Educação Básica, aponta em seu art. 4º “As propostas pedagógicas para a Educação Infantil deverão considerar a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos [...]”. Sendo assim, a lei orienta e norteiam toda a prática pedagógica das educadoras da infância.

As educadoras reconhecem que o cuidar e o educar são indissociáveis na prática educativa dos professores da primeira infância, na visão dos pequenos não é diferente, não fazem distinção sendo todos os momentos importantes. Campos e Costa confirmaram isso nos pressupostos teóricos, Paniagua e Palácios que explicam:

“Para elas, a hora de comer é tão importante como a atividade na sala de aula, e não conseguem distinguir se o adulto que cuida delas ou que lhes impõe limites é professor ou cuidador. A atenção integral às necessidades dos pequenos passa por considerar como educativos todos os momentos, desde que a criança atravessa a porta de manhã até sair por ela, o que implica que todos os adultos da escola têm responsabilidade sobre a menina ou o menino (toda menina e todo menino), sobre suas necessidades e problemas (Paniagua e Palácios 2007, p. 27)”.

A responsabilidade do educador da primeira infância é garantir o cuidar e educar com qualidade, nesse período as práticas do cuidar estão muito próximas ao da família, visto que elas estão em processo da conquista da autonomia.

A educadora da primeira infância desempenha um papel fundamental na vida e na educação das crianças, ela cuida, educa, garante a segurança, a proteção, o bem estar, o desenvolvimento integral, constrói vínculos afetivos, enfim ela desenvolve uma estreita relação com o grupo, com seu olhar observador conhece a todos e aos poucos vai identificando por meio de seus registros (relatórios, fotos atividades, vídeos etc.) as necessidades, o progresso no desenvolvimento das múltiplas linguagens e a personalidade de cada criança vai se revelando.

As atividades são minuciosamente pensadas e planejadas de acordo com a orientação dos RECENs, respeitando o tempo e o espaço. Tendo como prioridade contemplar o direito da criança de viver sua infância plenamente. Aprendemos com tisukoKishimoto a importância do brincar estar presente em

todas as situações de aprendizagem, fazendo parte do contexto diário, bem como o lúdico, o jogo simbólico, os jogos, os brinquedos etc. Adriana Friedman em entrevista ao Projeto: Criança e Consumo (2010), destaca: "Eu enxergo o brincar como uma linguagem ou forma de comunicação e expressão do ser humano, expressão de essência do ser humano, mesmo que ele não tenha consciência [...]", é brincando que elas exploram suas possibilidades e o mundo.

A teoria Walloniana trata a prática pedagógica como fator fundamental para o desenvolvimento das três dimensões: motora, cognitiva e afetiva. Portanto, está nas mãos do educador a competência de ser polivalente, atuando com o cuidar e trabalhar as diversas áreas do conhecimento. Cabe ao professor refletir sua prática e fundamentar em teorias que contribuam para uma educação significativa dos pequenos e futuros cidadãos.

5. Rotina: Reflexão e contribuições para a prática pedagógica

O conceito de rotina e cotidiano que antes eram sinônimos, a partir do século XVIII, pois literatura da época contava a história da vida de pessoas comuns e a arte retratava estes personagens por meio da pintura. Foi então que sociólogos e antropólogos resolveram ter o cotidiano como objeto de estudo que se tornou muito importante para as ciências sociais. Embora a rotina tenha diferença e suas especificidades é ela que organiza o dia-a-dia, ou seja, é um dos elementos que integram o cotidiano.

De acordo com Agnes Heller (s.d. apud Barbosa, 2006, p. 38), "os seres humanos já nascem inseridos em uma cotidianidade e, por viverem em grupos sociais, necessitam, desde seus primeiros anos de vida, aprender os costumes, as regras e as tradições de seu grupo cultural de pertinência." Enfim desde que nascemos somos inseridos no cotidiano e necessitamos de uma rotina para vivermos em sociedade. Portanto, rotina é um instrumento que auxilia as pessoas a organizarem suas atividades diárias, corriqueiras, porém abertas as possíveis mudanças.

E se tratando da educação infantil, a princípio uma espaço desconhecido pela criança, a maioria chega em sua mais tenra idade, ao se deparar com o novo e longe do aconchego da família, causa nela um sentimento de perda, é na verdade uma separação muito dolorosa e incompreendida, porém a cura ocorre com o passar dos dias e logo a adaptação se consolida. Penso que a rotina é fundamental para que a criança se sinta segura e consiga se adaptar ao meio e as pessoas que estão a sua volta.

Barbosa e Horn declaram:

Organizar o cotidiano das crianças na Escola Infantil pressupõe pensar que o estabelecimento de uma sequência básica de

atividades diárias é, antes de mais nada, o resultado da leitura que fazemos do nosso grupo de crianças, a partir, principalmente, de suas necessidades. É importante que o educador observe que as crianças brincam, como estas brincadeiras se desenvolvem, o que mais gostam de fazer, em que espaços preferem ficar, o que lhes chama a atenção, em que momentos do dia estão mais tranquilos ou mais agitados. Este conhecimento é fundamental para que a estruturação espaço-temporal tenha significado (BARBOSA E HORN, 2001, p. 67).

A convivência com as crianças, o olhar investigador, as experiências vivenciadas e as interações com elas, contribui para que o Professor conheça suas necessidades e procure uma metodologia flexível que contribua para os avanços no processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança. A rotina, além de direcionar o funcionamento do cotidiano dentro da Instituição de educação infantil, favorece a articulação da ação pedagógica ao planejamento de suas atividades.

Afinal a rotina é pensada para favorecer a criança ou ao Professor? Para responder a este questionamento verificamos na obra: Por Amor e força: rotina na educação infantil de Maria Carmen Silveira Barbosa que diz: “As rotinas das pedagogias da educação infantil foram vistas neste trabalho como um dos elementos integrantes das práticas pedagógicas e didáticas que são previamente pensadas, planejadas e reguladas” (2006, p. 39). Sendo assim a rotina favorece ao conjunto de praticas educativas envolvendo todos os sujeitos presentes, atuantes no contexto da Instituição.

Ao propor atividades no tempo o Professor deve levar em conta as necessidades biológicas das crianças, como a alimentação, o repouso, a higiene, a particularidade de cada uma, pois cada criança tem o seu ritmo. Estar atento se as atividades são adequadas a faixa etária, ao tempo e ao espaço. Barbosa e Horn (2006, p. 68) dão orientações que norteiam esta organização:

- Que tipo de atividades poderemos propor.
- Em que momentos são mais adequadas.
- Em que local serão melhor organizadas.

Podemos propor uma diversidade de atividades livres outras coordenadas pelo adulto, coletivas ou individuais, tendo sempre o cuidado de desenvolver todas as atividades diárias, desde os cuidados básicos até a aprendizagem das diversas áreas do conhecimento.

Um novo desafio...

Minha história com a educação infantil começou há três anos, sempre trabalhando com crianças bem pequenas de 4 meses a 2 anos. No início deste ano, tive um desafio novo, assumi uma turma numerosa de 2 a 3 anos de idade, uma experiência nova que veio acompanhada de muitas inquietações, uma delas, diria a mais preocupante, enfrentar àquela nova realidade e minha própria adaptação à estruturação da rotina. Uma configuração diferente do tempo, do espaço, da didática, da estrutura física etc.

A ansiedade de compreender melhor a estrutura desta nova rotina e como desenvolver o trabalho docente bem sucedido, planejando e executando as atividades de maneira a contemplar as necessidades específicas do cuidar e o educar organizados no tempo e no espaço adequado impulsionou-me a pesquisar mais sobre o assunto. Nas leituras descobri que a teoria é o ponto de partida que nos leva ao êxito de tudo o que realizamos com as crianças da acolhida até o momento da saída. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) “A rotina representa, também, a estrutura sobre a qual será organizado o tempo didático, ou seja, o tempo de trabalho educativo realizado com as crianças” (BRASIL, vol 1, 1998, p. 54).

A soma do conhecimento teórico, as observações, o registros e os estudos oferecidos pela Semed (Formação Continuada) me ajudaram a vencer as dificuldades em sala, a medida que fui interagindo com o grupo, conhecendo melhor minha turma, o funcionamento do Ceinf, buscando informações com as colegas e também conhecendo o Projeto Político Pedagógico da Instituição, comecei a discernir como se daria a organização do meu trabalho e também tive que assumir algumas responsabilidades na qual eu era principiante como: elaborar o plano anual, o novo formato do planejamento e o cronograma de rotina, este último foi alterado por várias vezes até que realmente atendesse as reais necessidades das crianças.

Com o passar dos dias, a rotina já definida contribuiu para o bom desenvolvimento e realização de todas as ações do dia, dos momentos pedagógicos e de cuidados, ações que promovem a construção da autonomia, hábitos culturais, conceitos, conhecimentos físicos etc. As crianças passaram a reconhecer os momentos da rotina, bem como, atividades coletivas citadas a seguir:

✓ Alimentação: comem com autonomia, as garrafinhas foram substituídas por copos, participam da organização e obedecem ao combinado de não desperdiçar alimentos, quando querem repetir, elas chamam a “Prô”, nos entregam só o prato ficando com a colher na mão.

✓ Higiene: elas são capazes de lavar as mãos sozinhas, porém as torneiras das pias ficam muito longe do alcance das crianças, conseguem tirar as roupas sozinhas, algumas já se vestem com independência, gradativamente elas usam o banheiro com autonomia, guardam seus pertences, o momento da escovação de modo cada vez mais autonomia.

✓ Sono: a sala é bem arejada, ventilada e o momento do sono é preparado para um repouso tranquilo, com músicas instrumentais bem calminhas e relaxantes. Neste momento elas se preparam com autonomia, tiram os sapatos guardando-os na caixa, em seguida as crianças deitam nos colchões.

Entendemos que a estruturação da rotina então é pensada para organizar as nossas ações coletivas e individuais tendo como foco principal a criança, proporcionando significado a sua aprendizagem e promovendo o seu bem estar. “A criança, desde cedo, reconhece o espaço físico ou atribui-lhe significações, avaliando intenções e valores que pensam ser lhe próprios” (Oliveira, 2002, p. 197). Tanto o espaço interno quanto o externos são campo de exploração e de vivências para a criança, a cor, o cheiro, o sabor, o sentir, as experiências com são carregados de símbolos. Portanto precisa ser planejado, pois favorece a relação das crianças com o mundo, além de ser um recurso do desenvolvimento.

Aprendi que até mesmo as paredes da sala devem ser decorados de forma significativa e com significados para criança, por exemplo preparar um espaço para expor as produções das crianças, como as atividades individuais e coletivas (cartazes). Sempre fazemos nossos combinados na primeira roda do dia e apresentamos a rotina do dia. Todas sabem que após nossa leitura é hora de organizarmos a sala para irmos ao refeitório, elas saem em duplas, ensinamos que uma deve cuidar da outra ao sair da sala e nada de fila!

Gradativamente o trabalho foi fluindo positivamente, a intencionalidade com as proposições de atividades se organizaram melhor no espaço, na seleção de materiais, usar o tempo adequadamente sem tornar a atividade cansativa para as crianças. Estes fatores me ajudaram a explorar melhor as possibilidades de desenvolver as atividades e brincadeiras no tempo e espaço coerente com o tempo das crianças. No decorrer da rotina meu olhar observador sobre as crianças contribuiu para levar em consideração as preferências, as dificuldades, os desafios e o estado emocional das crianças, julgo tais fatores importantes e relevantes que devemos lembrar no ato do planejamento das atividades.

Em concordância com Ostetto que diz:

“Como um processo reflexivo, no processo de elaboração do planejamento o educador vai aprendendo e exercitando sua capacidade de perceber as necessidades do grupo de crianças,

localizando manifestações de problemas e indo em busca das causas. Vai aprendendo a caracterizar o problema para aí, sim, tomar decisões para superá-lo. O ato de planejar pressupõe o olhar atento à realidade” (Ostetto, 2011, p.178).

Nesta perspectiva nem sempre ter uma rotina e espaços ricos é sinônimo de êxito, as vezes há frustrações e nem tudo sai como planejamos, pois estamos lidando com pessoas, ainda pequenas, que na maioria das vezes, depende da nossa sensibilidade perceptível para detectar o problema.

Nosso cronograma da rotina será alteraçãonovamente. Nestes últimos dias recebemos uma ótima notícia, nosso parque vai funcionar em breve, será mais um espaço para as crianças vivenciarem suas experiências, inventar e reinventar suas brincadeiras, interagir com os pares, capaz de criar, expressar conhecimento, enfim estar em contato com o mundo e explorá-lo livremente.

Estou certa de que estaremos sempre seguindo uma rotina rica de novidades, não uma mesmice, o que significa que é imprescindível termos nosso tempo e espaço estabelecido, porém com uma diversidade de possibilidades ao desenvolver aprática do educar e cuidar. Oferecendo as crianças um espaço rico e convidativo.

Considerações que não se findam...

O estudo teve como principal proposta refletir sobre a Rotina no cotidiano da educação infantil, a problemática da pesquisa busca compreender o objetivo da rotina, se ela é pensada para favorecer ao Professor ou a criança.

Contudo, os estudos aprofundados a partir do escopo teórico, mostraram que o processo pedagógico só funciona harmoniosamente e com êxito a partir de uma rotina pensada primeiramente na criança, que contemple suas especificidades e necessidades. Além de nortear todo o trabalho pedagógico desenvolvido dentro e fora da sala, oportuniza ao Professor observar as crianças e identificar suas particularidades.

A reflexão sobre a própria prática é o primeiro passo para a mudança, a busca pelo conhecimento direcionado para melhorar a estruturação da rotina de forma que contemple a criança, além de ser uma ferramenta que auxilia o professor no ato de planejar. Temos a nossa disposição o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil e do Referencial Municipal, entre outras fontes teóricas.

Entendemos que a organização do tempo e do espaço é garantia de um desenvolvimento saudável para as crianças. A rotina proporciona a criança segurança, relação entre os pares, experiências com o mundo que o cerca repleto de informações e significados.

O estudo pessoal e os cursos de Formação Continuada enriquece o sanaram minhas dúvidas em relação a nova estruturação da rotina, sua flexibilidade contribui para planejamento, constrói novos conceitos e maneiras de olhar a criança, pensar nela como um sujeito ativo, ser social, histórico e cultural.

Embora tenhamos avançado bastante por meio deste estudo, ainda estamos aprendendo e melhorando a cada dia nossa prática pedagógica, a partir das nossas inquietações, insatisfação, questionamentos e almejando o fazer diferente e melhor. Acredito que é um processo infinito.

Referências bibliográficas

ALANA. Instituto; **Projeto Criança e Consumo. Diagramação: Eliana Borges; Revisão: Patricia Cifre. Ano: 2010.**

ALMEIDA, Laurinda R. de. Ser Professor: um diálogo com Henri Wallon. In: MAHONEY, A. A.; ALMEIDA, L.R. **A constituição da pessoa na proposta de Henri Wallon.** São Paulo: Loyola, 2005.

ARRUDA, A. G. de S. Educação infantil: dos direitos legais à prática cotidiana em um CEI da rede pública municipal de Corumbá-MS. 2011. 152f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campus Pantanal, Corumbá/MS, 2011.

BARBOSA, Maria Carmen S. e HORN, Maria da Graça S. **Organização do Espaço e do Tempo na Escola Infantil.** In: CRAYDY, Maria e KAERCHER, Gládis E. (orgs.). **Educação Infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001. P. 65-79.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Por Amor e por força: rotinas na educação infantil.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **O que são rotinas?** In: Maria Carmem Barbosa. **Por Amor e por força: Rotinas na Educação Infantil.** Porto Alegre: Artmed, 2006. P. 34-46.

BENTO, Maria Aparecida Silva; ROSEMBERG, Fulvia..**Educação Infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais.**São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade – CEERT, 2011.

BRASIL – MEC/CNE. **Parecer nº 20/2009, Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 2009.**

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei N° 9394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF, 4ª edição, 2007.

Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** /Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

COSTA. Fernanda Fagundes Silva, CAMPOS. Marcia Moraes Guimaraes. O Professor de Educação Infantil: Cuidar ou Ensinar? Um novo olhar. Disponível em [http://www.ceped.ueg.br/anais/ivedipe/pdfs/didatica/co/CO%20461-1150-1-SM\[1\].>](http://www.ceped.ueg.br/anais/ivedipe/pdfs/didatica/co/CO%20461-1150-1-SM[1].>) acesso em 15/08/2014.

DECRETO-Lei n.º 240/2001, de 30 de Agosto – Aprova o perfil geral de desempenho profissional do educador de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário. Disponível em <http://www3.uma.pt/alicemendonca/conteudo/forum/DL240-2001_30Ago_Perfil_geral-profs.pdf> acesso em 15/08/2014.

DEL PRIORI, Mary. **História da criança no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1992.

ESPINDOLA, Ana Lúcia. **História da Educação: em três momentos da História do Brasil: Período Colonial, Período Imperial e Primeira República**/Ana Lúcia Espindola; Antônio Vítório Ghiraldello, Ordália Alves Almeida. Cuiabá. Ed. UFMT, 2006.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 7ª EDIÇÃO. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/785/estatuto_crianca_a_dolescente_7ed.pdf> acesso em 14/08/2014.

BREDEL, Michele G. de Castro. **Nocões de Infância e Criança: Diálogos, Reflexões, Interloquções.** Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ. michelebredel@gmail.com Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Falb.com.br%2Farquivo-morto%2Fedicoes_antiores%2Fanais16%2Fsem13pdf%2Fsm13ss04_02.pdf&ei=rtg-

VJbgCILLsATd94HYBQ&usg=AFQjCNGdyLc0HmKI0KFqSRRtN3ockGJ87Q&bv=77412846.d.eXYacesso em 14/08/2014.

HORN, Maria da Graça Souza. *Projetos Pedagógicos na educação infantil*. São Paulo: Artmed, 2008. P. 35-51.

KRAMER, Sônia. **A política social do Pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1995.

KRAMER, Sônia. Formação de profissionais de educação infantil: questões e tensões. In: MACHADO, Maria Lúcia de A. **Encontros e desencontros em educação infantil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

OSTETO, Luciana Esmeralda (org). *Encontros e Encantamentos na educação infantil: Partilhando experiências de estágios*. Campinas, SP: Papyrus, 2000, 10ª edição, 2011.

PANIAGUA, Gema; PALACIOS, Jesús. **Educação Infantil: Resposta educativa à diversidade**. Porto Alegre, Artmed, 2007.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **“As culturas da Infância nas encruzilhadas da 2ª Modernidade”**. Disponível em: <http://www.google.com.br/#q=SARMENTO%2C+Manuel+Jacinto.+%E2%80%9CAs+culturas+da+Inf%C3%A2ncia+nas+encruzilhadas+da+2%C2%AA+Modernidade%E2%80%9D.>>acesso em 11/08/2014.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **GERAÇÕES E ALTERIDADE: INTERROGAÇÕES A PARTIR DA SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA**. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 26, n. 91, p. 361-378, Maio/Ago. 2005. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em 30/06/2014.

SAVIANI, Demerval. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. IN. Silva da. Diogo Roiz. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. 259 p. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/1465/1287>>acesso em 15/08/2014.